

AVALIAÇÃO:

Uma Perspectiva Emancipatória



Devemos lutar pela igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, mas devemos lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de Souza Santos

Jussara Margareth de Paula Loch

Neste artigo apresenta-se uma proposta de avaliação em uma perspectiva emancipatória. Nos tempos em que vivemos, nos quais a avaliação vem assumindo uma perspectiva cada vez mais classificatória e hierarquizadora dos conhecimentos e das pessoas, é fundamental estarmos atentos para outras perspectivas da avaliação. Sem esquecer que precisamos reivindicar, em cada uma das escolas, condições de trabalho que garantam as possibilidades de realização de outras formas de avaliar comprometidas com os processos de emancipação dos sujeitos sociais.

► avaliação emancipatória, avaliação, exclusão ◀

30

A avaliação, em seu sentido amplo, apresenta-se como atividade essencialmente humana associada à experiência cotidiana de homens e mulheres. Ela faz parte do nosso dia-a-dia e muitas vezes determina o nosso modo de ser ou de agir.

Podemos dizer que somos hoje o que somos porque nos constituímos a partir das ações que empreendemos, fruto de nossas reflexões, questionamentos e desafios sobre nós mesmos e das incorporações que fazemos a partir das interações que estabelecemos com os outros e com o mundo, em um processo permanente de avaliação. Quanto mais dialógico for esse processo, mais consciência temos dele, provocando, portanto, mudanças, transformações em nossas vidas, nos constituindo como sujeitos individual e social.

Como se dá esse processo? O que isso tem a ver com a nossa prática pedagógica?

É importante retomarmos esta discussão a partir da compreensão de diferentes pressupostos trazidos por importantes teóricos tais como Wallon,

Piaget, Freire e Vygotsky:

- Cada pessoa é um ser único e original, com experiências, histórias, conhecimentos, possibilidades e limitações diferentes, que a constituíram como é; a sala de aula é o espaço da diferença, da heterogeneidade. Assumir a diferença, a heterogeneidade como valor, como riqueza, tem um novo sentido ético, pois ela nos potencializa para agir socialmente. A qualidade da avaliação passa a estar em sua capacidade de diálogo ao indagar, investigar, refletir sobre os percursos, processos, procedimentos na produção de conhecimento, contribuindo na criação de meios que auxiliem na superação de limites encontrados nessa produção, e não como algo a ser medido na busca do que todos

Cada pessoa é um ser único e original, com experiências, histórias, conhecimentos, possibilidades e limitações diferentes, que a constituíram como é; a sala de aula é o espaço da diferença, da heterogeneidade

devem alcançar. Trata-se da busca da superação da homogeneidade, do aluno ideal.

- O desenvolvimento e sua formação se dão em estágios, em ciclos de vida; cada estágio ou ciclo de vida tem características específicas, atividades de dominância, que precisam ser plenamente vividas para serem desenvolvidas e não são cronologicamente pré-estabelecidas como iguais para todos. A qualidade da avaliação está em refletir, também, sobre a organi-

zação do tempo escolar e suas implicações na produção do conhecimento, providenciando o tempo adequado para todos, não significando com isso apenas dar mais tempo aos mais fracos.

O que sabemos hoje nos revela que aquilo que se considerava como deficiência ou incapacidade para aprender podem ser processos específicos de desenvolvimento ainda desconhecidos.

- As relações e interações entre as

A seção "Espaço aberto" tem por objetivo englobar artigos que expressem a diversidade temática da área de ensino de química, bem como abordar questões educacionais mais amplas de interesse dos professores e das professoras de química.

peças é que permitem a apropriação do mundo e sua tecnologia; nós, seres humanos, diferentes dos outros seres da natureza, não nascemos programados para agir, precisamos de outros seres humanos para sobreviver. Temos um nascimento não só biológico e genético, mas também social e cultural. É no grupo que nascemos, que vivemos e convivemos, que aprendemos a falar, que damos significado ao que falamos e fazemos. Ao nascer, começa um trabalho ativo de comunicação, de participação, demonstrando que esse processo de participação é constitutivo da espécie humana. Portanto, ao entrar na escola, já temos conhecimento, e um conhecimento que nos constitui, entranhado em nós mesmos, muitas vezes desprezado ou desconhecido pela escola. A qualidade da avaliação está no diálogo que estabelecemos com esse conhecimento prévio, cotidiano, e a partir dele constituímos novos saberes. Está em atuar sobre a zona de desenvolvimento proximal, sobre suas possibilidades, sobre seu conhecimento potencial. Vygotsky sugere que a reserva das forças compensatórias deverá ser encontrada na vida social e coletiva da criança. O coletivo torna-se fonte de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Seu desenvolvimento está ligado às condições de sua inserção cultural. A criança ou jovem, quando excluído de um contexto de relações sociais que propiciem a sua formação e desenvolvimento, tem seus aspectos limitadores aumentados.

Uma escola que pretenda o desenvolvimento e a formação do sujeito, atenta a esses pressupostos, vê-se constantemente na busca da superação da coisificação da avaliação historicamente implantada na nossa educação, seja copiando modelos importados, principalmente dos Estados Unidos, ou praticando, burocratizada, notas ou médias, em períodos estanques e pré-determinados, classi-

ficando e selecionando os alunos.

No nosso país já existem projetos político-pedagógicos que têm propostas, na prática, com o caráter ético da avaliação. Porto Alegre é um exemplo disso. Os educadores vêm demonstrando, por meio da sua prática cotidiana, que avaliar não é dar notas, fazer médias, reprovar ou aprovar os alunos. Avaliar, numa nova ética, é sim avaliar participativamente no sentido da construção, da conscientização, busca da auto-crítica, auto-conhecimento de todos os envolvidos no ato educativo, investindo na autonomia, envolvimento, compromisso e emancipação dos sujeitos. Para concretizar essa proposta de avaliação se exige um rigor metodológico muito maior do que simplesmente dar notas, conceitos em uma visão de aprendizagem de resultados, sentenciosa e classificatória, promovendo a exclusão dos alunos.

A investigação contínua sobre os percursos e os processos vividos durante a aprendizagem nos exige esse rigor metodológico por intermédio da elaboração de registros significativos, capazes de apontar todas as possibilidades de intervenção, de provocação e de desafio intelectual necessários ao avanço e à construção do conhecimento. Temos que qualificar os meios, instrumentos, técnicas, metodologias ou processos, recriando-os ou reinventando-os, pois a garantia de aprendizagem requer a qualidade da avaliação e dos seus processos formais - registros - ainda mais precisos.

Madalena Freire (1989) nos faz refletir sobre a importância do ato de registrar, sobre historicizar:

Por que é importante registrar? O ato de conhecer é permanente? Então está implícito o conhecimento como ato social e que esse educador faz história. Não existe sujeito do conhecimento sem apropriação de história. É o registro que historiciza o processo para a conquista do produto his-

tórico. Possibilita também a apropriação e socialização do conhecimento e a construção da memória, como história desse processo.

Para potencializarmos nossos registros, fruto da reflexão conjunta, precisamos entender, primeiramente, que a avaliação emancipatória não se restringe à análise do processo de construção do conhecimento do aluno sob a responsabilidade dos educadores, mas que, a partir dela, envolve a totalidade da escola e sua relação com essa construção.

Pensar, propor e fazer avaliação dentro dessa perspectiva é retomar, desvelando, todo o currículo. Desde como planejamos, com quem, o quê - conteúdo/procedimentos. Isto é, a avaliação se dá no processo desde sua origem, seu desenvolvimento, desde a avaliação escolar da aprendizagem, da construção do conhecimento pelo educando/educador até o processo porque passam os diferentes coletivos da escola e a própria escola. Nesse sentido, assim como os sujeitos estão em permanente construção, a escola também se faz e refaz frente aos desafios que se impõem pelos sujeitos que fazem parte dela. Mas também pela relação que estabelece com a comunidade e na sua relação com a cidade enquanto um espaço essencialmente educativo.

Assim, a avaliação colabora ao propor soluções que atingem o âmago da competência histórica da instituição escolar em termos de construção do conhecimento e realização da cidadania.

Nesse sentido gostaríamos de analisar o conselho de classe enquanto uma instância do processo de gestão democrática, como o espaço coletivo privilegiado de discussão, de diálogo entre todos os envolvidos no ato educativo, de permanente construção dos processos de conscientização, democratização e emancipação dos mesmos. Para viabilizar essas intenções, importantes e diferentes movimentos

são necessários de serem realizados e potencializados, tais como descritos a seguir.

Movimento 1 - A sala de aula como um espaço coletivo, de permanente conselho de classe

É neste espaço, de encontro, constituído pelos educandos e educadores, seres humanos densos, complexos, em permanente diálogo na criação de si mesmos e do outro, que se avança na construção de conhecimentos; portanto, é carregado de questionamentos, de problematizações, de investigações, de intervenções e mediações, caracterizando-se como avaliação formativa.

É preciso, às vezes, realizar rupturas importantes na progressão dos conhecimentos e para que isso ocorra é necessário que se desestabilizem os conhecimentos cotidianos prévios dos alunos. Os professores têm necessidade de buscar meios para propor desafios adequados e pertinentes atuando na zona de desenvolvimento proximal (ZDP). São muitas vezes os “erros” e as soluções diferentes que nos dão os elementos para novas abordagens e intervenções didáticas, possivelmente levando-os a avançar na construção de novos conhecimentos. Vygotsky conceitua a ZDP como um nível de desenvolvimento que consiste de funções emergentes, que são criadas no plano interpessoal. Para salientar a gênese social, ele dizia que, com a ajuda dos outros - adultos ou seus pares -, as crianças podem realizar mais do que quando deixadas apenas com suas capacidades consolidadas.

Os alunos, mediatizados, descobrem uma coincidência entre o que desejam, pressentem e tentam criar, e o resultado que alcançam; por outro lado, o professor introduz o que é novo, fazendo com que os alunos se reconheçam nele, que graças a esse conhecimento novo compreendem melhor e com mais lucidez a sua própria prática.

É “no que existe” que se encontram os elementos da sua superação: essa situação que existe é acolhida para ser modificada, cabendo a ambos essa investigação para, conscientes dela, empreenderem ações para transformá-la. A emancipação pressupõe o processo de conscientização e, como nos ensina Paulo Freire, a tomada de consciência de si mesmo e da sua tarefa histórica

Ninguém aprende pelo outro, ninguém dá do seu conhecimento a outro, aprende-se por intermédio da ação, da atividade. O conhecimento é construído pelo sujeito e, portanto, a sua avaliação também. Ninguém melhor do que o próprio aluno para dizer o que está aprendendo ou não

é infinitamente dramática. Minha personalidade é, ao mesmo tempo, minha história, isto é, a história das situações e o conjunto das vivências que tive até hoje, numa lenta ascensão para uma compreensão capaz de me constituir no que sou, em um esforço constante para unificar o vivido, que se dá nas relações que eu mantive ou mantenho com os outros e com o mundo: uma pessoa que não era assim e agora é. Entregue a si mesmo, o aluno corre o risco de se abandonar a longos períodos de inércia, em que as suas próprias esperanças e ações são entrecortadas de passividade, de abatimento.

O que falta a cada educando - educador, nesses momentos - é o sentimento contínuo, ininterrupto, do seu valor; e é precisamente essa firmeza, essa persistência, essa fidelidade aos melhores momentos de si mesmo que poderão ser buscadas, encontradas na sala de aula, na sua relação com os outros. Esse lugar de encontros e também de desencontros, de diálogo, é o espaço cotidiano, rico de possibilidades de ação-reflexão-ação, em constante interação, que poderá ser potencializado, permanentemente, na busca do auto-conhecimento, em um contínuo processo de criação e recriação de si mesmo.

Podemos realizar esse processo de observação continuada, feita por nós educadores e alunos, nas investigações

das produções dos mesmos, na escola conjunta, em diálogo, de exemplares que demonstrem a construção dos conceitos trabalhados para incluir no dossiê (pasta com amostra significativa de produções, auto-avaliações, fichas, relatórios...).

Esse dossiê, ao final de cada ano, fica com uma amostra dessas produções, de tal forma que ao final do curso os educandos/as possam levar consigo a sua história, vivida nessa escola, podendo em qualquer fase de sua vida retomar o caminho percorrido.

Movimento 2 - Reuniões por segmento que possibilitem o diálogo entre os seus pares

Isto é, que haja espaço para que os educadores, educandos, pais e funcionários possam discutir, refletindo e propondo ações desde o seu particular olhar, preparando elementos para a discussão conjunta, pois como diz Ana Maria Saul (1995) o compromisso principal dessa avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua história e gerem as suas próprias alternativas de ação.

É importante destacar, nesse movimento, o papel dos sujeitos envolvidos:

a) Aluno/a - é o sujeito responsável pelo ato de aprender. A aprendizagem é de sua responsabilidade na sua relação com o professor, com seus colegas e com o conhecimento, esse é o seu compromisso. Ninguém aprende pelo outro, ninguém dá do seu conhecimento a outro, aprende-se por inter-

médio da ação, da atividade. O conhecimento é construído pelo sujeito e, portanto, a sua avaliação também. Ninguém melhor do que o próprio aluno para dizer o que está aprendendo ou não. A reunião desse segmento permite a reflexão sobre sua ca-

minhada, é o aluno deixando-se dizer, falando sobre o percurso que está percorrendo, as possibilidades, os entaves, o levantamento de alternativas que o comprometam ou o levantamento de

São muitas vezes os “erros” e as soluções diferentes que nos dão os elementos para novas abordagens e intervenções didáticas, possivelmente levando-os a avançar na construção de novos conhecimentos

indicações e sugestões para os outros segmentos no sentido de contribuir para a sua formação e desenvolvimento (auto-avaliação individual, dos pequenos grupos e da turma).

b) Pais e mães - compromisso com o vir a ser de seus filhos. É o pai e a mãe que escutam, vêem, sabem no que o seu filho avança ou não, percebem e acompanham a sua caminhada. É do diálogo entre eles que poderá se abrir a possibilidade de se esclarecerem, de se comunicarem, para conhecendo melhor a realidade educacional vivida pelos seus filhos, poderem efetivamente participar se envolvendo, não se omitindo, buscando espaços na escola para pensar junto aos professores, levantando alternativas que venham a contribuir na formação e desenvolvimento dos seus filhos (o olhar da família sobre as aprendizagens de seus filhos e sobre a escola - fichas, questionários, depoimentos).

c) Funcionários/as - como educadores, também são parceiros, ouvintes dos alunos na hora do recreio, nos corredores, quando "cuidam" deles para que o educador possa sair da aula por alguns momentos e portanto "os conhecem" e têm muito a dizer e contribuir nesse processo. Se forem poucos, poderão se reunir diretamente com os professores e participar da elaboração dos relatórios.

d) Professores/as - É o espaço em que os educadores, em conjunto, podem refletir, analisando os avanços conceituais ou ainda não conseguidos pelos seus alunos, tendo eles próprios como parâmetro de si mesmos.

É importante essa análise individual, a discussão e a elaboração dos relatórios individuais, a partir dos instrumentos de registros presentes no dossiê do aluno que são testemunhos do desenvolvimento do planejado, do trabalho realizado, bem como dos avanços perseguidos e conseguidos pelos alunos. A análise mais aprofundada do percurso

de alguns alunos nos permite replanejar, reorientando para atividades mais individualizadas em outros espaços, tempos e atores.

Nesse movimento são avaliados o desenvolvimento do planejamento, a sua programação, as estratégias ou atividades previstas e a sua reorientação tanto para o coletivo, como para cada sujeito-educador.

É o momento da reflexão sobre a nossa prática pedagógica coletiva; da rearticulação dos tempos e espaços distribuídos entre nós no trabalho com os alunos, seja na sala de aula, como em outros espaços, ou com outros parceiros.

Movimento 3 - Assembléias de turmas com a participação dos/as educadores/as, dos/as alunos/as e pais/mães

Espaço de diálogo conjunto em que se possa analisar de forma global os diferentes registros do dossiê do/a aluno/a sob diferentes olhares. É interessante que pais/mães possam analisá-lo e comentá-lo fazendo observações e perguntas sobre o processo de aprendizagem, o percurso desenvolvido. Em que cada dupla - pai/mãe e aluno/a - possa questionar os/as professores/as sobre suas anotações, descrições ou relatórios, ou sobre a prática pedagógica dos/as educadores/as.

Este é um espaço do coletivo de alunos/as, pais/mães e educadores/as, de crescimento conjunto e, portanto, próprio para a reflexão do desenvolvimento do planejado, da discussão sobre os parâmetros previstos para o ciclo pelo coletivo dos educadores/as e desencadeados por estes; das responsabilidades de cada um nesta caminhada; de estabelecer novos contratos a partir dos já conseguidos; de elaboração de novas propostas de trabalho; de encaminhamentos de novas ações de competência de outras instâncias, tais como o conselho de ciclo, assem-

bléias gerais de cada segmento, de todos os segmentos juntos, dos serviços da escola, de reuniões pedagógicas, do conselho escolar.

Esses são alguns exemplos de movimentos ricos que poderão acontecer na escola. Outros poderão ser criados a fim de que possamos construir uma nova ética na avaliação. O importante a salientar é a dinamicidade, a flexibilidade que esse processo confere à escola, não permitindo que nem ela nem o currículo se coisifiquem, trabalhando para superação dos processos classificatórios e excludentes.

Jussara Loch, professora de didática do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, é assessora técnica da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Porto Alegre - RS.

Rerefências bibliográficas

FREIRE, M. *A paixão de conhecer o mundo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 5.

SAUL, A.M. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1995.

Para saber mais

ALBRECHT, R. *A avaliação formativa*. Rio Tinto/Portugal: Ed. Asa (Col. Práticas Pedagógicas), 1995.

AZEVEDO, J.C. de. Escola cidadã: construção coletiva e participação popular. IN: SILVA, L.H. da. *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 308-319.

BAQUERO, R. *Vygotsky e a aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ESTEBAN, M.T. (Org.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREITAS, M.T.A. *Vygotsky e Bakhtin - Psicologia e educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 1996.

LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1996.

REGO, T.C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.